

PORTARIA Nº 933 DE 24 DE SETEMBRO DE 2021.

Transfere a outorga de direito de uso dos Recursos Hídricos de ELONI CARLOS MARIANI para GISELE PAULA VECHIATO ROMAGNOLI para captação de água no Córrego Água do Macaco.

A Secretária Adjunta de Licenciamento Ambiental e Recursos Hídricos, LILIAN FERREIRA DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria no 34 de 23 de janeiro de 2018, e

Considerando os Termos da Lei Estadual nº 11.088 de 09 de março de 2020, que dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos;

Considerando o Decreto nº 784, de 18 de janeiro de 2021, que dispõe sobre as infrações das normas de utilização dos recursos hídricos e suas sanções administrativas.

Considerando o Decreto nº 336, de 06 de junho de 2007, que regulamenta o regime de outorga de águas no Estado de Mato Grosso;

Considerando a Resolução Nº 119 de 07 novembro de 2019, que estabelece critérios para emissão de outorga superficial de rios de domínio do Estado de Mato Grosso;

Considerando a Instrução Normativa nº 05, de 22 de agosto de 2017, que dispõe sobre os procedimentos a serem adotados para os processos de outorga de uso de Recursos Hídricos de água de domínio do Estado de Mato Grosso;

Considerando o Parecer Técnico Nº 4351/GOUT/CCRH/SURH/2021, de 23 de setembro de 2021, acostado às fls. 20/21, f/v do processo SAD Nº 324563/2021.

RESOLVE:

Art. 1º Transferir a outorga concedida por meio da Portaria nº 222 de 12 de março de 2019, publicada no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso de 15 de março de 2019, concedida a ELONI CARLOS MARIANI, inscrito no CPF sob o nº.490.148.381-15, para GISELE PAULA VECHIATO ROMAGNOLI, inscrito no CPF sob o nº.005.058.779-02, doravante denominada Outorgada, o direito de uso dos recursos hídricos para captação de água no Córrego Água do Macaco, com a finalidade de uso irrigação de uma área de 150,70 ha, por pivô central zona rural do Município de Nova Ubiratã/MT, na Unidade de Planejamento e Gerenciamento A-06- Manissauá-Miçú, com as seguintes características:

I – Coordenada geográfica da captação (Pivô central – 150,7 ha): 12° 47' 28,10" S de Latitude Sul e 55° 19' 37,42"W de Longitude Oeste; e vazão máxima de captação de 574,3 m³/h (0,15952 m³/s ou 159,52 l/s), variando as horas e os dias, mensalmente, conforme consta na tabela nº 01 em anexo;

II – A outorgada deverá implantar e manter em funcionamento o equipamento de medição para monitoramento contínuo das vazões captadas. O equipamento deverá estar instalado para a operação do sistema de irrigação;

III - A Outorgada deverá encaminhar anualmente à Coordenadoria de Controle de Recursos Hídricos da SEMA/MT o relatório das medições das vazões captadas até 90 dias do início do ano subsequente ao ano do monitoramento;

Art. 2º A outorga objeto desta Portaria, vigorará até **06 de março de 2026**, podendo ser suspensa parcial ou totalmente, em definitivo ou por prazo determinado, além de outras situações previstas na legislação pertinente, nos seguintes casos:

- I - descumprimento das condições estabelecidas no art. 1º desta Portaria;
- II - conflito com normas posteriores sobre prioridade de usos de recursos hídricos;
- III - incidência no art. 18 e incisos I e II do art. 12 do Decreto nº 336, de 06/06/2007;
- IV - indeferimento ou cassação de licença ambiental.

Parágrafo único. Para minimizar os efeitos de secas, o uso outorgado poderá ser racionado, conforme previsto no art. 20 e seus parágrafos, do Decreto nº 336, de 06 de junho de 2007.

Art. 3º Esta outorga poderá ser revista, além de outras situações previstas na legislação pertinente:

- I - quando os estudos de planejamento regional de utilização dos recursos hídricos indicarem a necessidade de revisão das outorgas emitidas;
- II - quando for necessária a adequação dos planos de recursos hídricos e a execução de ações para garantir a prioridade de uso dos Recursos Hídricos.

Art. 4º A outorgada responderá civil, penal e administrativamente, por danos causados à vida, à saúde, ao meio ambiente e pelo uso inadequado que vier a fazer de presente outorga.

Art. 5º Esta Portaria não dispensa nem substitui a obtenção, pelo outorgado, de certidões, alvarás ou licenças de qualquer natureza, exigidos pela legislação federal, estadual ou municipal.

Art. 6º Esta outorga poderá ser renovada mediante apresentação de requerimento à SEMA/MT, dentro do prazo de validade da outorga vigente.

Art. 7º O uso dos recursos hídricos, objeto desta outorga, poderá estar sujeito à cobrança, nos termos da Lei Estadual nº 11.088, de 09 de março de 2020.

Art. 8º A outorgada se sujeita a fiscalização da SEMA/MT, por intermédio de seus agentes ou prepostos indicados, devendo franquear-lhes o acesso ao empreendimento e à documentação relativa à outorga emitida por meio desta Portaria.

Art. 9º Esta outorga não autoriza a instalação do empreendimento ou mesmo as obras necessárias para realizar as captações, sendo estes passíveis de licenciamento ambiental.

Art. 10. Fica revogada a Portaria nº 389 de 14 de junho de 2016, publicada no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do dia 14 de junho de 2016.

Art. 11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cuiabá/MT, 24 de setembro de 2021.

REGISTRADA,
PUBLICADA,
CUMpra-SE...



LILIAN FERREIRA DOS SANTOS
Secretária Adjunta de Licenciamento Ambiental e Recursos Hídricos
GSALARH/SEMA-MT

ANEXO

Tabela 01 - Córrego Água do Macaco

Coordenadas Geográficas - Lat. 12° 47' 28,10" S e Long. 55° 19' 37,42" W DATUM: SIRGAS2000

MÊS	Vazão (m ³ /s)	Tempo (h/dia)	Período (dias/mês)
Janeiro	0,15952	7	28
Fevereiro	0,15952	7	28
Março	0,15952	7	28
Abril	0,15952	6	28
Mai	0,15952	10	28
Junho	0,15952	10	28

MÊS	Vazão (m ³ /s)	Tempo (h/dia)	Período (dias/mês)
Julho	0,15952	12	28
Agosto	0,15952	14	28
Setembro	0,15952	8	28
Outubro	0,15952	5	28
Novembro	0,15952	7	28
Dezembro	0,15952	7	28

Volume total Anual (m³): 1.608.033,57